

POLÍTICA

Erro adia a Constituinte

Ass.

Um erro na contagem do número de senadores presentes à sessão do Congresso que havia aprovado a Constituinte "exclusiva", obrigou o presidente do Congresso, senador José Fragelli, a anular a votação dos senadores. Os deputados aprovaram a Constituinte e a reforma tributária, que serão votadas hoje a partir de 14 horas pelo Senado.

O Congresso Nacional aprovou ontem, às 22h57, em primeiro turno, a emenda de convocação da Constituinte, nos termos do substitutivo Giavarina à emenda do presidente Sarney. Foi um dia de muita tensão e nervosismo, pois a primeira sessão para dar prosseguimento à votação — iniciada em outubro e suspensa diante de vários impasses — começou às 10h40 da manhã e até a noite, quando foi iniciada a terceira sessão, ainda não havia sido possível votar os destaques que obstruíam a pauta.

No entanto, às 2 horas de hoje 324 deputados e 46 senadores aprovaram, em definitivo, o substitutivo Giavarina. Mas o PT e o PTB desconfiaram e pediram a recontagem dos votos dos senadores. Feita a chamada o senador José Fragelli deu pela falta do senador Saldanha Derzi (PMDB-MS). Localizado no Rio de Janeiro, o senador matogrossense confirmou sua ausência de Brasília e o presidente do congresso anulou a votação dos senadores.

A Constituinte "exclusiva" e a reforma tributária de emergência, ambas aprovadas pelos deputados, serão discutidas a partir de hoje às 14 horas no Senado.

O substitutivo Giavarina, em si, estava aprovado desde outubro em primeiro turno, mas faltava votar os seis destaques aprovados naquela época — expressões retiradas do texto principal para votação em separado.

Os destaques foram reunidos em quatro, para facilidade de votação. O primeiro deles, que suprimia do texto original as expressões "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" enfrentava a reação dos senadores eleitos em 1982, que alegavam que assim eles seriam excluídos da Constituinte e também não teriam mais funções legislativas normais.

O artigo 1º do texto de Walmor Giavarina tinha originalmente a seguinte redação: "Os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, reunir-se-ão unicameralmente em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

A supressão da expressão interessou os deputados desejosos de contentarem a parcela da opinião pública que reclama uma Constituinte "exclusiva", pois abriria caminho a que a própria Constituinte forme uma Comissão Pluripartidária para legislar ordinariamente, evitando-se o funcionamento simultâneo de quatro casas legislativas — Senado, Câmara, Congresso e Constituinte.

Aprovado o destaque para que a expressão fosse retirada do texto original e votada em separado, o deputado Bonifácio de Andrada defendeu a tese de que ela já estava excluída — e que só seria reincluída no projeto se obtivesse 320 votos favoráveis na Câmara e 46 no Senado.

Primeiro impasse

Contestada essa tese, em outubro, o presidente do Congresso, senador José Fragelli, remeteu o problema para a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara — que acabou dando parecer a favor do raciocínio de Bonifácio de Andrada.

Esse parecer foi submetido ontem ao plenário e foi a causa da obstrução de todos os trabalhos até a sessão das 20h. Acabou sendo aprovado na Câmara por 384 a favor e 21 votos contra. No Senado, por 29 votos a favor e 28 contra.

Passou-se então à votação dos destaques. A esse primeiro, de exclusão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" foi acoplado outro, reti-



Pimenta e Ulysses: acordos e ameaças...



...numa sessão de apertes inflamadas e obstruções.

rando a expressão "no curso da primeira sessão legislativa da 48ª Legislatura", que obrigaria a Constituinte a encerrar seus trabalhos em 1987.

Iniciada a votação, apenas 94 deputados votaram pela reinclusão das expressões no texto original, contra 287 e 3 abstenções. A matéria nem foi ao Senado, por não ter havido a reinclusão.

O segundo bloco de destaques se referia à anistia e as propostas pretendiam suprimir de sua abrangência os chamados "crimes conexos", os civis, e pretendia que o pagamento dos anistiados retroagisse à época da punição. Os destaques foram rejeitados e mantido o texto original, pois não conseguiu 320 votos na Câmara. O Senado nem votou.

O terceiro destaque pretendia deixar livre o critério de promoção de militares punidos politicamente e que serão beneficiados pela anistia (pelo projeto original, o critério é apenas o da antiguidade). O destaque foi aprovado e suprimida a expressão "pelo princípio da antiguidade".

O quarto destaque suprimia a expressão "de Estado" que vinha após a palavra "secretário", no capítulo das inelegibilidades.

Se fosse aprovado, estenderia a inelegibilidade também aos secretários municipais. Mas houve rejeição e a matéria não foi ao Senado.

Encerrada a sessão, o presidente do Congresso convocou outra para as 23h30, quando o projeto Giavarina, já livre dos destaques, deveria ser votado em segundo turno pela Câmara e pelo Senado, para ser considerado definitivamente aprovado. Aproveitando o esforço, o Congresso votaria também em segundo turno a reforma tributária, já aprovada em outubro.

Preocupação

Preocupado com a possibilidade de que a votação da proposta de convocação da Constituinte fosse adiada para março, o presidente José Sarney telefonou ontem às 20h ao líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, apelando para que se empenhasse para pôr

fim à rebelião na bancada. O ministro da Administração, Aloísio Alves, o de Minas e Energia, Aureliano Chaves, e o da Educação, Marco Maciel, também foram acionados para tentar convencer senadores de sua confiança a mudar o voto e deixarem de obstruir a votação.

Entre 18h e 20h40, o Congresso viveu momentos de angústia. Na presidência da Câmara, Ulysses Guimarães, Pimenta da Veiga e José Fragelli discutiam uma saída. Desde às 10h40, quando foi aberta a sessão matutina do Congresso, o impasse existente entre deputados e senadores impediu a aprovação da convocação da Constituinte. Essa primeira sessão foi inteiramente gasta com pequenos discursos, para dar tempo aos líderes de formarem um acordo.

Depois de muita discussão à tarde, quando os senadores Itamar Franco (MG) e Fábio Lucena (AM) chegaram a acusar Ulysses Guimarães de fazer "terrorismo político" ao afirmar que as instituições seriam desestabilizadas se não fosse aprovada a convocação da Constituinte, foi firmado um

acordo de lideranças para votar a matéria. Segundo ele, seria aprovado em primeiro lugar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara que considerou excluída do texto a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", referindo-se ao trabalho de deputados e senadores como constituintes.

Iniciada a votação, o parecer foi aprovado na Câmara por 384 votos a favor, 21 contra e uma abstenção. Quando se iniciou a votação no Senado, as bancadas do PDS e a maioria da do PFL se retiraram, negando quórum para a votação. Votaram apenas 28 senadores, quando seriam necessários 35.

Diante da falta de quórum, o senador Fragelli encerrou a sessão às 17h50, e convocou outra para às 20h.

Reabertura

Enquanto Sarney telefonava para o Congresso, e Ulysses Guimarães, José Fragelli e Pimenta da Veiga procuravam uma saída no início da noite, a bancada do PDS firmava pé contra a aprovação da Constituinte e, na liderança do PFL, numa reunião nervosa, 15 dos 21 senadores decidiram que iriam ao plenário, mas para votar contra o parecer da Comissão de Justiça e o substitutivo do deputado Walmor Giavarina.

"Cada senador votará de acordo com a sua consciência o parecer da Comissão de Justiça da Câmara", disse o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, ao deixar o encontro, antecipando que seu partido pelo menos ajudaria a obtenção de quórum no plenário para o prosseguimento da votação. O líder Carlos Chiarelli previa que quatro ou cinco senadores votariam contra, mas suas contas indicavam que haveria em plenário os 35 necessários à aprovação do parecer.

Quando o senador José Fragelli reabriu os trabalhos, às 20h40, constatou surpresa que muitos senadores do PDS, ausentes na frustrada votação das 17h50, estavam presentes ao plenário. Assessores das lideranças explicaram que os senadores pedessistas, como os do PFL, haviam decidido brigar no voto e não com obstrução, pela Constituinte simultânea ao funcionamento normal da Câmara e do Senado.

O presidente Sarney, informou o senador Carlos Chiarelli, permaneceria no Palácio do Planalto, aguardando informações sobre o andamento da votação. Mas no Congresso o clima de pessimismo era evidente.

"As forças conservadoras estão contra a Constituinte e procuram justificativas para esconder sua verdadeira posição" — argumentou o líder do governo, senador Fernando Henrique Cardoso, considerando fora de propósito a alegação dos senadores do PDS e do PFL de que ficariam de fora da Constituinte, se fosse aprovado o substitutivo Giavarina.

Mas era assim que os pedessistas se justificavam. "Não há rebeldia, mas solidariedade aos senadores eleitos em 82. Há uma manobra contra o Senado" — afirmou o ex-presidente da Casa, Moacir Dalla, famoso pelo seu "trem da alegria" de funcionários. Já Alexandre Costa (PDS-MA) explicava: "Queremos apenas aprovar a mensagem do governo na forma do substitutivo Giavarina".

Ninguém entendeu a explicação, sobretudo quando, chamado a votar em plenário, logo a seguir, ele votou "sim".

Às 21h30, o Senado aprovou o parecer da Comissão de Justiça da Câmara, por 29 votos a 28, abrindo caminho para o início da votação das expressões destacadas da proposta principal. Seriam votados primeiro os quatro destaques e, em seguida, o texto do substitutivo.